



RESUMO EXPANDIDO SUBMETIDO AO XXVI ENID - 2024 - UFPB A MONITORIA COMO MEIO DE CONTATO ENTRE AS FINANÇAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS FRENTE AO CENÁRIO BRASILEIRO

Mateus Pacelli Cortez Costa e Silva;

Manoela Medeiros Rodrigues;

Duciran Van Marsen Farena

Programa de Monitoria

CCJ - Centro de Ciências Jurídicas Campus I - João Pessoa

INTRODUÇÃO

O presente resumo visa analisar as atividades do projeto de monitoria “Finanças Públicas e Direitos Humanos” nos períodos 2023.2 e 2024.1 no curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nessa perspectiva, tem como objetivos centrais demonstrar a importância da disciplina, do projeto e dos temas trabalhados; o papel dos monitores e a metodologia; resultados e, em linhas gerais, a pesquisa desenvolvida sob a égide do projeto.

“O Direito financeiro abarca todas as manifestações financeiras da vida pública, na medida em que estas sejam suscetíveis de consideração jurídica.” (HENSEL, 2005 apud PISCITELLI, 2023). A matéria de Ciência das Finanças e Direito Financeiro, então, presta-se a atuar em sintonia no estudo do Direito Financeiro e em expandir os horizontes dos discentes para além do simples normativismo, sob a luz também da Ciência das Finanças no mundo real, que perpassa por mudanças latentes como o Novo Regime Fiscal e a Reforma Tributária.

Assim, a disciplina trabalha temas como receitas e despesas públicas, orçamentos e regimes fiscais – sob a ótica de aplicação dos direitos humanos– sendo essenciais na formação de um cidadão consciente do funcionamento estatal, a fim de desenvolver pensamento crítico e fundamentado na consecução dos objetivos de uma nação.

No itinerante entre disciplina e estudantes tem lugar a atuação do monitor. Revelando-se como veículo para melhor proveito da disciplina, os monitores trabalharam potencializando o contato entre discente e manifestações financeiras da vida pública estudadas, enriquecendo cientificamente os envolvidos no projeto, inclusive através de pesquisas dos temas de maior relevo para a sociedade atual.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia utilizada para desenvolvimento das atividades, ressalta-se que os planejamentos do projeto eram traçados com orientador, seja presencial ou remotamente – valendo-se de plataformas como e-mail e WhatsApp. Em qualquer caso, os materiais eram compartilhados, seja para correção, pesquisa, ou repasse aos discentes, juntamente às instruções para determinada atividade e, posteriormente, os resultados eram discutidos.

Ademais, as ações desenvolvidas pelos monitores consistiram principalmente no contato com os discentes e suas produções, instigando maior aproveitamento da disciplina. A saber: o auxílio na aplica-

ção de provas; a criação de canais de comunicação no WhatsApp, para aproximar alunos, monitores e orientador, que demonstrou-se profícua para a constante solução de dúvidas, discussões sobre temas pertinentes e repasse de informações. O desenvolvimento, envio e atualização de materiais de estudo e transcrições, pelos monitores, por sua vez, representou a aprendizagem em colaboração entre monitores e alunos. E, finalmente, a cooperação para correção das provas e atividades – momento em que pontos fortes e dificuldades dos alunos eram percebidos e comunicados ao orientador – que pôs monitores em contato com o desenvolvido em sala, abordando temas de maior pertinência selecionados pelo professor para discussões aprofundadas, como decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e pontos da Reforma Tributária – muito além do que meramente consta em manuais da matéria. Tais atividades incentivaram a pesquisa ativa dos discentes e, conseqüentemente, dos monitores, até mesmo servindo ao fomento do desenvolvimento de pesquisas por estes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É essencial notar a demonstração de Zitkoski (2007), da importância, para Paulo Freire, de uma “pedagogia da práxis social transformadora”, com o ensino como forma de conscientização da sociedade. Sob tal noção, o projeto se deu visando não somente o aprendizado dos tópicos, mas uma luzente sensibilização acerca destes, dada a dimensão dos impactos de temas como Orçamento público e Lei de Responsabilidade Fiscal sobre o cidadão. Assim, o aluno torna-se mais apto a pensar de forma crítica e reflexiva acerca das práticas financeiras do Estado, capacitando-se a estimular os mecanismos estatais à garantia da dignidade humana e sustentabilidade financeira.

Nessa lógica, destacam-se as transcrições e resumos, disponibilizados para auxiliar os alunos. Além, ainda, das atividades corrigidas com auxílio dos monitores, que, dentre vários objetos, instigaram todos ao aprofundamento na matéria, por exemplo, com a análise da medida cautelar concedida pelo STF na ADI 7688/DF, que suspendeu a eficácia normativa relativa às transferências denominadas “emendas pix”, em virtude do risco que representavam a princípios de transparência orçamentária. Para o mesmo fim, cooperou a pesquisa desenvolvida quanto à regressividade tributária sobre o consumo no Brasil, que onera desproporcionalmente os mais necessitados, e o papel da Reforma Tributária para mitigá-la.

Ao ensejar investigações sobre o mecanismo de Cashback – entendido consoante Alexandre (2024, p. 904) – em oposição à mera desoneração da cesta básica, compreendeu-se que, enquanto esta findava por beneficiar também os mais ricos, sem efetivar a seletividade que pretendia, o uso de técnicas como a restituição diretamente ao consumidor, dos tributos pagos na aquisição de produtos essenciais – por meio do Cashback – a ser disponibilizado somente a indivíduos e famílias de baixa renda, materializa com muito mais eficácia a garantia dos direitos humanos aos que mais necessitam. Evidenciou-se, logo, o papel das inovações recentes na garantia dos direitos fundamentais através da atividade financeira do Estado, despertando, ainda, o interesse nos monitores para futuro desenvolvimento de projeto de pesquisa na área, tão efervescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, fica evidenciado através da presente obra, após a consecução dos objetivos traçados, que o projeto de iniciação à docência “Finanças Públicas e Direitos Humanos” mostrou-se como experiência enriquecedora a todos os polos típicos da relação acadêmica de monitoria, isto é, professor-orientador, monitores e alunado, bem como pretende beneficiar também a própria sociedade, mediante a formação do pensamento crítico e reflexivo sobre os eixos de atuação pública pela óptica dos ramos por que passam a Ciência das Finanças e Direito Financeiro.

Nesse sentido, o relevo da monitoria em auxiliar o orientador a materializar seus objetivos perante a disciplina e discentes demonstrou-se inegável. Por meio de metodologias diversas, os monitores dinamizaram o diálogo entre discentes e docente, forneceram materiais de apoio e participaram ativamente em atividades de pesquisa para melhor visualizar em concreto as importantes mudanças e desafios vivenciados no atual cenário brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. Direito tributário. 18ª ed., São Paulo: Editora JusPodivm, 2024, p.904.

HENSEL, Albert. Derecho tributario. Trad. Andrés Báez Moreno, María Luisa González-Cuéllar Serrano e Enrique Ortiz Calle. Madrid: Marcial Pons, 2005. p. 83.

PISCITELLI, Tathiane. Direito Financeiro. 9th ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.3. ISBN 9786559775231. Acesso em: 14 out. 2024.

ZITKOSKI, Jaime J. Paulo Freire & a Educação. 2nd ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2007. E-book. p.54. ISBN 9788565381963. Acesso em: 14 out. 2024